



UNIDADE REGIONAL ALTO SÃO FRANCISCO
Transcrição da 127ª reunião, realizada em 31 de março de 2016

1 Em 31 de março de 2016, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional
2 Colegiada Alto São Francisco (URC Alto São Francisco) do Conselho
3 Estadual de Política Ambiental (COPAM), no Auditório SEST/SENAT, em
4 Divinópolis, Minas Gerais. Participaram os seguintes membros titulares e
5 suplentes: o presidente o presidente José Oswaldo Furlanetto, da Secretaria
6 de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD);
7 Valério Mendes Rezende, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
8 Abastecimento (SEAPA); Lucélio Nativo Assunção, da Secretaria de Estado
9 de Desenvolvimento Econômico (SEDE); Giovanardi Marco Alves, da
10 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana
11 (SEDRU); 2º Ten. PM Luciano Marcelo de Oliveira, da Polícia Militar de
12 Minas Gerais (PMMG); Flávia Alves de Assunção Rodrigues, da
13 Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais (PGJ); Flávia
14 Maria Mourão, da Prefeitura Municipal de Divinópolis/MG; Roberto Soares
15 Nogueira, do Comitê de Bacia Hidrográfica do entorno dos afluentes do Alto
16 São Francisco; Túlio Pereira de Sá, da Federação das Indústrias do Estado
17 de Minas Gerais (Fiemg); Edélcio José Cançado Ferreira, da Federação da
18 Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Camilo de Lelis
19 André Melo, da Federação das Associações Comerciais, Industriais,
20 Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais (FEDERAMINAS);
21 Heloisa Cristina Notini Greco, da Associação Brasileira de Engenharia
22 Sanitária (ABES); Marcos Antônio Veloso, do Conselho Regional de
23 Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA/MG); Lessandro Gabriel da
24 Costa, da Associação Ambientalista do Alto São Francisco; Anaximandro
25 Lourenço Azevedo Feres, da Pontifícia Universidade Católica de Minas
26 Gerais (PUC) e Mário da Silva Oliveira do Conselho Municipal de meio
27 ambiente, Codema Pains. **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO**
28 **NACIONAL BRASILEIRO.** Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Bom dia,
29 bom dia a todos e a todas. Antes, porém de fazer a abertura dessa reunião,
30 eu vou passar para o José, que é da Diretoria Jurídica da Supram Alto São
31 Francisco, para que seja dada a posse para a Conselheira Heloisa.” José
32 Augusto Dutra Bueno, Diretoria Jurídica da Supram/ASF: “Bom dia. Em
33 nome do Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente, Nalton Sebastião
34 Moreira da Cruz, representado pelo José Oswaldo Furlanetto, damos posse à
35 titular representante da ABES, Heloisa Cristina Notini Greco.” **2)**
36 **ABERTURA.** O Presidente José Oswaldo Furlanetto declarou aberta a 127ª
37 Reunião da Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco. Presidente

38 José Oswaldo Furlanetto: “Retornando então bom dia a todos e a todas, bom
39 dia aos Conselheiros, queria primeiro agradecer a presença dos
40 Conselheiros e Conselheiras, dar boas-vindas à nova membra do Conselho,
41 Heloisa, bom dia aos empreendedores, aos consultores, aos servidores da
42 Supram Alto São Francisco. Declaro então aberta a 127ª Reunião Ordinária
43 da Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco do Conselho Público
44 Estadual de Política Ambiental, COPAM. Declaro então, aberta esta reunião
45 em nome do Secretário Adjunto de Estado de Meio Ambiente e
46 Desenvolvimento Sustentável, Doutor Nalton Sebastião Moreira da Cruz.
47 Passamos então para comunicado dos Conselheiros e assuntos gerais, e aí
48 eu tenho uma comunicação. Que na reunião anterior, na 126ª, foi pedido
49 pelos Conselheiros, por esse Conselho, para a Supram Alto São Francisco,
50 uma relação dos municípios que teriam aterros sanitários regularizados. Isso
51 foi feito e encontra-se sobre a mesa a frente de cada um esta relação.
52 Passamos então, para o item três, comunicado dos Conselheiros, e assuntos
53 gerais. A palavra está aberta.” **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E**
54 **ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Giovanard Marco Alves: “Gostaria de dar
55 boas-vindas à Conselheira Heloisa. Já é do meu conhecimento o caráter
56 profissional da mesma, e que você tenha, neste Conselho, um bom
57 desenvolvimento quanto você tem na vida profissional. Obrigado.”
58 Conselheiro Camilo Lelis André Melo: “Da mesma forma também
59 cumprimentar a posse dessa nova Conselheira, que é uma conterrânea
60 nossa, conhece a região, e com certeza com os seus conhecimentos vai
61 trazer, vai agregar muito valor a esse nosso núcleo. E a respeito dos aterros,
62 só uma dúvida que me surgiu aqui, é que consta que Divinópolis tem um
63 aterro particular, e o aterro que a prefeitura estava licenciando já há muitos
64 anos, já está quase terminando, ele não entrou na conta por quê? Parou o
65 aterro da prefeitura ou como é que ele ficou? Por que ele já estava, inclusive
66 ele tem várias ações do Ministério Público a respeito desse aterro, e só por
67 curiosidade.” Stela Rocha Martins, Diretoria Técnica Supram/ASF: “Em
68 relação a esse aterro, eu não sei realmente responder, foi o Guilherme que
69 fez o levantamento, aí na próxima reunião eu posso trazer a resposta.”
70 Conselheiro Camilo Lelis André Melo: “Com certeza existe esse aterro, já
71 estava em parte final de licenciamento, e é até bom que nós ficamos
72 sabendo da posição dele com o município, eu te agradeço.” Conselheiro
73 Edélcio José Cançado Ferreira: “Quero fazer das palavras do Giovanardi e do
74 Camilo minhas palavras, desejar à nova Conselheira um trabalho frutífero
75 aqui, e tenho certeza que a atuação dela será de grande valia para esse
76 Conselho. Muito obrigado, um bom dia a todos.” Conselheiro Lessandro
77 Gabriel da Costa: “Bom dia a todos, desejar boa vinda à nova amiga
78 Conselheira, sinte-se em casa, nós somos uma família aqui. Sobre o
79 levantamento dos aterros regionais, na semana passada eu recebi em Lagoa
80 da Prata a Técnica da FEAM, a Fabiana, que fez um trabalho na região em

81 alguns aterros ali da região do Alto São Francisco, a qual também eu presido
82 o Comitê da Bacia dos Afluentes do Alto São Francisco. E pelo que eu estou
83 vendo aqui na nossa relação me parece que tem um erro aqui, já peguei aqui
84 de momento e já olhei algum momento aqui de um erro. Porque aqui que fala
85 no processo de licenciamento do aterro de Bambuí, está o processo
86 formalizado, está licenciado, o primeiro quadrinho lá em cima da página do
87 mapa.” Conselheiro Camilo Lelis André Melo: “Conselheiro, com todo
88 respeito, me parece que lixão não tem licenciamento não.” Conselheiro
89 Lessandro Gabriel da Costa: “Pois é, então aqui na planilha fala que está
90 licenciado, então o quê que está licenciado, se lá é lixão? Inclusive ela
91 esteve lá nessa visita dela, acho que pode ser confirmado através dela lá na
92 FEAM, não é? Que esse lixão do município de Bambuí, que fica às margens
93 da rodovia do lado da linha férrea da rede ferroviária, ele queima dia e noite,
94 então quer dizer, um primeiro erro que eu vi aqui de imediato, não vou dizer
95 os outros aqui por que eu não tive tempo de dar uma analisada. E dentro
96 desse relatório também que ela pôde fazer no município de Lagoa da Prata,
97 que lá nós temos, aqui o nosso está licenciado, ela pôde constatar em uma
98 visita de quase uma manhã inteira com a gente lá em Lagoa da Prata, na
99 região lá. Ela andou toda... Assim alguns municípios ali da região, e até ficou
100 surpresa porque Lagoa da Prata, não porque nós estamos lá e queremos
101 que isso venha a expandir para os outros municípios, ela ficou muito
102 surpresa com o aterro sanitário de Lagoa da Prata, que hoje é administrado
103 pela empresa Vina, que ela sentiu-se, nesse aterro, um dos melhores aterros
104 de Minas Gerais; ela falou que lá é um modelo, nós precisamos levar
105 escolas, faculdade. Por que realmente o nosso amigo Conselheiro tem
106 levado a faculdade lá de Formiga para visitar o nosso aterro sanitário e
107 realmente lá merece mesmo ser mostrado para a população que não é, que
108 nós somos melhores do que ninguém, não queremos ser, nós queremos ser
109 um exemplo para a região, mas que os outros municípios possam buscar
110 essa, essa forma que Lagoa da Prata hoje vem administrando isso, e não é
111 de agora, isso já vem já há mais de dez anos, que Lagoa da Prata vem
112 trabalhando nesse sistema lá, e que realmente a gente fica muito feliz por
113 estar lá junto ajudando a administrar o município e administrando também
114 toda a região no Comitê de Bacia, mas que alguns municípios realmente
115 deixam a desejar. Aqui próximo à 262 quando a gente passa naquele trevo
116 ali de, chegando em Nova Serrana que vai para Leandro Ferreira, ali
117 claramente, do lado de quem vem do sentido de Bom Despacho, claramente
118 do lado esquerdo ali a gente vê um lixão a céu aberto à margem da rodovia
119 queimando dia e noite também. E não é de hoje que aquilo ali está
120 queimando, não é de hoje que o governo vem cobrando dos nossos
121 municípios que eles tenham maior empenho nessa questão dos nossos
122 resíduos. E eu acho que daqui para frente indiferente de crise, indiferente de
123 que os municípios estão passando por uma dificuldade muito grande, por

124 que acho que recurso tem, por que a gente tem visto muito recurso também
125 entrar aí nos municípios, não é? A gente vai ter que criar alguma forma,
126 porque acho que da situação que está aqui que os dois vilões hoje que a
127 Bacia do São Francisco enfrenta é o esgoto e o lixo; a falta de respeito da
128 população também às vezes de jogar esse lixo de qualquer forma em beira
129 de rodovia ou em lugares baldios, mas eu acho que um trabalho de
130 educação ambiental bem feito também com o estado, junto com a população,
131 junto com as escolas, junto com as pessoas nós vamos conseguir combater
132 esses dois vilões que nós temos. E aproveitando a deixa aqui, gostaria
133 também de convidar aos municípios, aos Conselheiros, que Lagoa da Prata
134 hoje também é uma referência na estação de tratamento de esgoto, que é a
135 única estação de tratamento de esgoto em toda a Bacia do Rio São
136 Francisco que trata 100% do esgoto, nós inauguramos a nossa ETE lá de 32
137 milhões, com recursos oriundos do Governo Federal, e também que está
138 assim, como se diz, em todo o vapor. E dentro dessa ETE aonde que era,
139 onde se existia a lagoa, onde existe a Lagoa Verde, também teve aquela
140 mortandade de peixe que foi alvo de mídia do ano passado também nas
141 redes aí da região, morreu mais de cinco mil toneladas de peixe, e morria
142 sempre, todo ano. Lá foi ser construído inclusive com todo o apoio da
143 Supram no licenciamento uma escada de peixe também que hoje é modelo,
144 talvez de repente para a nossa região na questão da Piracema, e que esse
145 ano foi um sucesso. Eu não vou me alongar porque várias outras questões
146 dentro de Lagoa da Prata também têm sido exemplo como a sede que foi
147 construída por uma associação de catadores, que é a ASCALP, não é? Mas
148 que Lagoa da Prata está de portas abertas, e que se esse erro persiste aqui
149 nessa nossa lista, que talvez de repente tem outros, a gente pudesse
150 averiguar realmente para que lá na frente a gente possa julgar alguma coisa
151 aqui que está errada aqui no papel. Então eu fico feliz de estar recebendo
152 isso aqui da Supram, dos técnicos, eu acho que é um trabalho também, não
153 é fácil, gente, fazer esse levantamento, que a gente sabe a dificuldade que
154 enfrenta hoje o estado de poder deslocar um técnico de Belo Horizonte de
155 ficar como a nossa amiga ficou na região ali fazendo algum tipo de
156 levantamento nesse sentido. Não sei se foi para essa finalidade aqui da
157 Supram, mas que ela esteve lá, a Fabiana esteve lá em Lagoa da Prata, uma
158 técnica muito bem preparada pelo que eu vi lá do trabalho dela que ela
159 desenvolveu lá. Mas a gente deixa isso de portas abertas, realmente acho
160 que o caminho é esse. Mesmo que as prefeituras não consigam fazer, mas
161 vamos mandar a fiscalização sim, vamos pressionar, acho que não precisa
162 nem que multar, mas que pressionar o pessoal que realmente, porque a
163 gente sabe a dificuldade de todos os municípios, mas que cada um buscasse
164 essa viabilidade de construir as coisas da forma certa. Porque o que a gente
165 está vendo, inclusive agora recentemente, até gostaria encerrando também,
166 em deixar para os municípios aqui, tenho ligado para alguns municípios

167 como o Mário lá em Pains, alguns outros municípios aí. O plano de
168 saneamento também que é uma exigência do Governo Federal, que apesar
169 que também já protelou, já passou do prazo e já prorrogou o prazo para o
170 Plano de Saneamento dos Municípios, que o município que não tiver o plano
171 de saneamento ele não receberá recursos oriundos ao Governo Federal a
172 partir do ano que vem. E que o Comitê Federal do Rio São Francisco
173 também no seu site lá hoje, quem abriu o site do Comitê Federal do São
174 Francisco, existe uma demanda espontânea, para que os municípios que
175 não tenham plano, o Comitê Federal do São Francisco através da GB Peixe
176 Vivo, vai estar financiando esses planos. Lagoa da Prata foi contemplada,
177 Moema e Bom Despacho já foram contemplados com o recurso do Plano de
178 Saneamento aprovados através do Comitê do São Francisco, através da
179 cobrança da água, do uso da água do Rio São Francisco. Então acho que
180 essa importância é bom a gente também estar levando para os senhores
181 aqui, que vocês possam passar para os seus municípios, que se tiver essa
182 necessidade está aberto essa fonte de recurso lá no Comitê do São
183 Francisco. Obrigado.” Stela Rocha Martins, Diretoria Técnica Supram/ASF:
184 “Só deixar claro que o levantamento foi feito apenas por consulta ao SIAM,
185 então provavelmente esse município que você falou, Bambuí, não é?
186 Provavelmente ele está realente regularizado através de AAF, só que AAF
187 como não tem vistoria, é só análise documental, então provavelmente é um
188 lixão que está regularizado com AAF. Então cabe, a gente pode até
189 comunicar à fiscalização e pedir para vistoriar, no caso suspender ou tomar
190 as providências cabíveis. Então eu vou pedir assim, para vocês analisarem o
191 documento elaborado, na próxima reunião também eu peço ao Guilherme
192 que foi o gestor que elaborou, aí ele vem na reunião e tira as dúvidas que os
193 Conselheiros tiveram.” Conselheiro Lessandro Gabriel da Costa: “Só, por
194 favor, só pela ordem, deixa eu só concluir, poderia? Eu gostaria que fosse
195 possível a Supram comunicasse com a Fabiana, por que inclusive ela
196 também ficou muito surpresa, assim assustada, não surpresa, assustada
197 com a situação que se encontrava esse lixão no município de Bambuí, o
198 lixão do município de Bambuí. Então assim, a gente já tem um passo, nós
199 recebemos esse documento aqui agora e tal, eu olhei aqui agora nesse
200 momento, não tive essa oportunidade de estar olhando isso antes, mas que
201 a gente viesse, vim a essas informações que realmente possa estar
202 acontecendo o que você passou para nós, para que realmente a gente possa
203 dar uma conclusão nesse trabalho nosso, porque senão nós vamos começar
204 um trabalho também que está, às vezes a gente acha que está certo e às
205 vezes aqui está errado por causa do problema no sistema. Obrigado.” José
206 Augusto Dutra Bueno, Diretoria Jurídica Supram/ASF: “Só para fazer uma
207 ressalva também que o Conselheiro Camilo, perguntou com relação a aterro
208 que mencionou aqui que seria com relação a Divinópolis. Tramita na Supram
209 um processo de licenciamento para aterro sanitário de uma empresa

210 particular, então não é o do município de Divinópolis, tanto que não tem a
211 proposta pelo processo de licenciamento era que poderia atender à região,
212 então assim, isso não tem nenhuma processo referente a aterro sanitário
213 para a prefeitura de Divinópolis e para o município de Divinópolis também.”
214 Conselheiro Camilo Leis André Melo: “Eu concordo com você, mas
215 Divinópolis tem o aterro ali na saída de Carmo do Cajuru, ele teve 80%
216 licenciado, da prefeitura, ele teve 80% licenciado. E eu acho que deveria
217 constar nos dados de vocês, porque como é que some um aterro dessa
218 magnitude, inclusive se o Doutor Francisco estivesse aqui ele ia concordar
219 com o que eu estou falando, inclusive com vários processos do Ministério
220 Público contra a prefeitura a respeito desse aterro. Está a representante aí
221 do município que pode falar a respeito. Então eu acho que é um dado que
222 não podia faltar, mas a gente também compreende que isso é passível de
223 erro.” Conselheiro Lessandro Gabriel da Costa: “Presidente, só uma
224 observação rápida aqui também. A gente observando esse mapa que foi nos
225 colocado aqui, esse graficozinho, esse mapa aqui, a gente pode observar
226 que hoje nós somos acho que mais de sessenta municípios do Alto São
227 Francisco, é isso? Sessenta e quatro, parece, quem pode me responder, por
228 favor?” José Augusto Dutra Bueno, Diretoria Jurídica Supram/ASF:
229 “Sessenta e seis municípios.” Conselheiro Lessandro Gabriel da Costa:
230 “Sessenta e seis municípios. Aqui nesse mapa a gente está vendo aqui
231 processo licenciado dez municípios no máximo, processos formalizados dez
232 municípios no máximo. Então quer dizer, nós temos vinte municípios em
233 andamento aqui, já concluído em andamento, e temos quase praticamente
234 quarenta e cinco municípios sem processo. Eu acho que é uma falha muito
235 grande porque nem processo esses quarenta municípios têm, acho que nós
236 estamos, essa falha nossa é, como se diz, acho que ela não é de a gente
237 deixar para amanhã não, é para onde, como se diz. Por que se nós temos
238 quarenta e cinco municípios que nem processo tem, nem andamento na
239 própria Supram tem, fica difícil, porque eu assim, sinceramente, eu fico bem
240 às vezes um pouco chateado com essas questões ambientais porque assim,
241 se uma fiscalização dessa chega numa prefeitura ali claro que ela vai ser
242 multada, vai pagar uma multa lá não sei que valor e tal, mas hoje a gente vê
243 talvez a dificuldade dos nossos empreendedores que recebem lá uma
244 fiscalização, e simplesmente por montinho de nada dentro da propriedade
245 dele, ele recebe uma multa do órgão ambiental. Então assim, nós estamos
246 formando lixões que está diretamente condenando o nosso Rio São
247 Francisco, os nossos mananciais, as nossas bacias hidrográficas da região,
248 que sequer, esses quarenta municípios têm processo na Supram. Então
249 acho que agora cabe a nós cobrar desses municípios, indiferente de nós
250 estarmos passando por um período agora eleitoral, vamos ter mudança de
251 prefeituras para o ano que vem, quem sabe o ano que vem a partir de janeiro
252 a gente possa cobrar desses prefeitos que vai ter quatro anos para

253 administrar seu município? Então a partir de janeiro acho que talvez seria
254 uma história nova. De repente esse ano é um ano político, já está
255 encerrando mesmo, eu acho que talvez de repente não seria nem cobrar,
256 mas eu acho que a partir de janeiro, como esses prefeitos vão ter quatro
257 anos para administrar o município, será que quatro anos eles não vão ter
258 condição nem de entrar com o processo na Supram para tentar correr atrás
259 do recurso. Então eu acho que vale a pena a gente parar e analisar essa
260 questão aí porque eu acho que é muito grave.” Conselheiro Camilo Lelis
261 André Melo: “Lessandro, te cumprimentar pelo seu trabalho lá em Lagoa da
262 Prata, eu conheço e sei que a grande maioria foi iniciativa sua, você está de
263 parabéns. Agora, eu acho que se essa lista vai voltar para a gente com a
264 correção de Bambuí, de Divinópolis, porque não incluir nela o esgoto,
265 tratamento de esgoto? Eu acho que se não for mais grave é igual a falta do
266 aterro, não é? Nós temos a primeira cidade banhada pelo São Francisco que
267 o esgoto é jogado in natura dentro do Rio São Francisco, não é Iguatama
268 não, é aquela cidadezinha lá perto da Serra da Canastra. Vargem Bonita, é a
269 primeira cidade banhada pelo São Francisco e é a primeira cidade que joga
270 todo o esgoto. Então que esse levantamento fosse feito não só a respeito
271 dos aterros sanitários, porque eu acho que tem que andar junto tratamento
272 de esgoto e aterro sanitário.” Conselheiro Luciano Marcelo de Oliveira: “Só
273 respondendo aqui a observação do Lessandro, o lixão de Nova Serrana já foi
274 autuado várias vezes, inclusive recente. O fogo que está lá já foi tentando
275 extinguir com o apoio do Núcleo de Emergência Ambiental, do Corpo de
276 Bombeiros, da Prefeitura, da Polícia Ambiental. E ele é interno na camada
277 profunda do lixo, ele é proveniente de gases. A situação de Bambuí é aterro
278 controlado, já foi também feito várias ocorrências e autuações. Então a
279 situação de lixo no setor lá que a gente trabalha não é prerrogativa só de um
280 outro município o problema do lixo, é de vários. As providências estão sendo
281 tomadas, inclusive com o conhecimento do Ministério Público e eu também
282 acredito que a própria Supram tem conhecimento e deve estar cobrando dos
283 municípios. Eu gostaria de dar os parabéns também, dar boas-vindas à
284 Conselheira Heloisa, seja bem-vinda. A responsabilidade de quem é
285 Conselheiro é muito grande, porque define muitas vezes a continuidade do
286 Meio Ambiente equilibrado, ou dar oportunidade para vários e também,
287 estarem degradando o meio ambiente, contribuindo ainda mais para
288 diminuição da qualidade de vida dos habitantes da nossa região. Seja bem-
289 vinda.” Conselheira Heloisa Cristina Notini Greco: “Agradeço as boas-vindas
290 de todos com o compromisso de esforçar na colaboração desse grupo que
291 conheço o trabalho de vocês, acompanho, nasci em Divinópolis, apesar de
292 não morar atualmente aqui, mas tenho referência do trabalho técnico dos
293 Conselheiros, o trabalho da Supram, acompanho também muito de perto e
294 espero contribuir com esse grupo. Muito obrigado.” Conselheiro Lessandro
295 Gabriel da Costa: “Presidente, eu sei que talvez de repente a gente está

296 alongando a reunião, mas só para a gente pode focar nesse assunto, que eu
297 acho que é muito importante para nós, é um acontecimento na nossa bacia.
298 O que o Camilo falou ali a respeito das estações de tratamento de esgoto,
299 igual eu citei aqui que Lagoa da Prata, hoje trata 100% do esgoto, começou
300 agora a menos de seis meses tratar esses 100% de esgoto, Lagoa da Prata,
301 juntamente a administração, teve uma rejeição muito grande com a taxa
302 criada, nova taxa. Não é nova por que é assim, é um serviço novo, porque
303 como que você vai manter uma estação de tratamento de esgoto que custou
304 33 milhões funcionando, sem ter novos funcionários, ter novos técnicos,
305 pessoas para poder dar andamento nesse processo. E foi criado assim uma
306 pequena taxa, mas que existe uma rejeição dessa criação dessa taxa pela
307 população, uma parte da população não concorda, diante de tantas taxas
308 que a gente tem visto aí no nosso dia a dia. Mas assim, em respeito a essa
309 questão de estação de tratamento de esgoto, por exemplo, se hoje nós
310 temos a nossa funcionando 100%, existe essa rejeição que a população
311 colocou em cima de uma nova cobrança de um novo serviço que foi
312 colocado para o município. Alguns municípios que eu posso citar aqui
313 rapidamente, foram também contemplados com alguns recursos também do
314 governo, oriundos do Governo Federal, Estadual, e que essas estações de
315 tratamento estão paradas, Camilo, Iguatama, parece que Bambuí, alguns
316 municípios, estão paradas. Então quer dizer, são investimentos de milhões e
317 milhões, inclusive foi até uma questão que a gente falou assim que acho que
318 nós vamos ter eu começar a partir para denunciar, porque você pega
319 dinheiro público, dinheiro do povo, faz uma estação de tratamento como foi
320 feito lá em Iguatama e outros municípios ali, tem lá esse montante lá de
321 recurso aplicado, e porque que isso está parado? Isso vai ter que ter alguma
322 justificativa disso estar parado, se foi aplicado recurso público do povo. Foi a
323 mesma coisa de uma obra que me assustou lá na Serra da Canastra, quem
324 teve a oportunidade de ir lá. Tinha uma pavimentação sendo feita na Serra
325 da Canastra para a entrada do parque, obra de milhões que também teve um
326 embargo lá, não sei porque motivo, até estou procurando me informar
327 melhor, mas dinheiro público também, como se diz, lá parado, piorando a
328 situação do parque ecológico, do Parque Nacional da Serra da Canastra.
329 Então assim, eu acho que essa infelicidade que nós estamos passando,
330 esses momentos infelizes de estar vendo cada dia mais essa degradação
331 ambiental, eu volto a repetir, acho que nós governos, nós cidadãos temos
332 que unir e caçar alguma forma de que essa melhoria venha mais rápido
333 possível. Volto a repetir também, um pequeno produtor às vezes precisa lá
334 de uma, um porte de cerca para arrumar um curral dele, simplesmente ele é
335 sacrificado porque ele corta essa madeira e precisa dentro do seu dia a dia
336 usar essa madeira. Não, nós precisamos mostrar para esse produtor o valor
337 que tem essa madeira para ele, que ele possa reflorestar alguma parte para
338 poder usar outro tipo de madeira na sua propriedade. Então assim, nós

339 precisamos buscar caminhos, porque se a gente continuar da situação que
340 nós estamos, eu acho que nós não vamos realmente salvar a questão do Rio
341 São Francisco não. Lagoa da Prata hoje, inclusive, tem dois viveiros também
342 municipal, gostaria de citar aqui, são viveiros mantidos pelo município e outro
343 pela Associação Ambientalista do Alto Francisco, onde esse final de ano saiu
344 cem mil mudas gratuitamente para os produtores rurais da região nossa.
345 Então quer dizer, eu hoje também uma questão que eu vejo uma falha no
346 estado, que eu acho que nós temos um governo novo, a gente procurar
347 também a aprimorar isso aí, se você chega hoje nesses viveiros aqui do IEF,
348 tanto aqui de Divinópolis ou de Arcos, a muda é comprada, o produtor tem
349 que sacrificar para comprar uma muda do próprio estado. Eu acho que nós
350 vamos ter que mudar também esse sistema, acho que também que não seja
351 de graça, mas que seja de uma forma diferenciada para que incentive o
352 produtor a recuperar as nascentes, recuperar as nossas bacias hidrográficas
353 aí por que a situação nossa realmente, do Rio São Francisco a cada dia vem
354 piorado muito. Muito obrigado.” Conselheiro Anaximandro Lourenço Azevedo
355 Feres: “Desejar boas-vindas à nova Conselheira, parabenizar aos colegas
356 que me antecederam na fala, especialmente o Lessandro e o Camilo. Eu
357 como defensor das nossas reuniões itinerantes e da participação popular, em
358 todos os processos de tomada de decisão na esfera pública, em especial no
359 meio ambiente, olhando o mapa e aí essa minha manifestação não tem
360 nenhum caráter científico, é só trazer um dado para a reflexão dos nossos
361 Conselheiros, eu pude perceber, e comentei com o colega Conselheiro da
362 CEMIG, que os municípios, os vinte municípios, salvo uma exceção ou outra
363 que tem processo formalizado ou licenciado, por incrível que pareça, são
364 aqueles municípios que tem atuação constante, forte de membros das bacias
365 do comitê, dos comitês de bacia hidrográfica, tanto do Alto São Francisco
366 quanto do Rio Pará. Não sei, talvez, estou trazendo esse dado para a
367 reflexão, que talvez a atuação dessas pessoas nos seus municípios,
368 Lessandro é prova viva disso, Mário em Pains e aqueles que o antecederam
369 na Secretaria de Meio Ambiente lá também são, Arcos está aqui, Itaúna,
370 Divinópolis com o Comitê do Rio Pará, são municípios que têm pessoas,
371 pelos mais variados motivos, com uma atuação muito forte nos seus comitês
372 de bacia hidrográfica e quem sabe isso fica aqui para reflexão. Repito, não
373 há nenhum embasamento científico nessa fala, são aqueles que
374 conseguiram mobilizar, de certa forma, a sua classe política e também as
375 pessoas do município a fim de exigir, buscar o seu licenciamento ambiental.
376 Acho que o papel dos Conselhos e da participação popular se mostra
377 extremamente importante, eu acho que através de uma análise assim
378 reflexiva, sem nenhum embasamento científico, repito, para tomada de
379 decisão. Lessandro frisou bem e a gente sabe disso, existe muito dinheiro,
380 não é dinheiro, é muito dinheiro disponível para poder fazer esse tipo de
381 gestão não só de coleta, destinação e gerenciamento de resíduos sólidos

382 urbanos, como também para esgoto. Me lembro, e eu acho que isso sim é
383 um fato que a gente merece falar, o licenciamento do Polo Calçadista de
384 Nova Serrana quando esse Conselho passou a exigir estações de tratamento
385 de esgoto de todas as pequenas e médias indústrias de Nova Serrana, a
386 população, a classe empresarial, FIEMG imagino que teve um papel nisso
387 daí também, foi até o município e o município veio licenciar sua estação de
388 tratamento de esgoto junto à COPASA. Eu acho que esse Conselho teve um
389 papel fundamental nessa perspectiva do esgoto. Então reforço também o
390 pedido do Camilo, se esse gráfico vai voltar para a gente atualizado, revisto,
391 em relação à gestão dos resíduos sólidos urbanos, que ele venha também
392 com a gestão ou com o licenciamento aí do tratamento de esgoto. Eu queria
393 só trazer esse dado aí, parabenizar os colegas que atuam diretamente nessa
394 perspectiva, e conseguiram licenciar as suas estações de tratamento de lixo,
395 de resíduos sólidos urbanos, e reiterar o pedido do Camilo para que a gente
396 possa também ter uma noção. Até para ver qual o papel desse Conselho, o
397 quê que conseguiu, o quê que a própria Supram nesses últimos doze, treze
398 anos de atuação conseguiu fazer na nossa região nessa perspectiva da
399 gestão ambiental. Obrigado.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Alguém
400 mais quer fazer uso da palavra?” Conselheiro Giovanard Marco Alves: “Na
401 verdade é uma dúvida. Consta que o município de Campo Belo não possui
402 processo licenciado e nem formalizado junto à Supram, e no verso da folha
403 dois consta aqui que lá exerce atividade de tratamento e disposição de
404 resíduos. Gostaria de saber se existe este processo formalizado, se ele já foi
405 deferido no município de Campo Belo.” José Augusto Dutra Bueno, Diretoria
406 Jurídica Supram/ASF: “Só por objetividade, como o analista que fez o
407 levantamento ele não está presente e a diretora de apoio técnico manifestou
408 que isso vai ser esclarecido na próxima reunião, inclusive com a participação
409 dele, e de algumas questões que foram colocadas aqui de uma eventual
410 necessidade de retificação, aí se possível acho que poderia ser esclarecido
411 isso depois até para que isso possa ficar de maneira mais completa, tudo
412 bem? Só para retificar então, a questão que o Camilo falou, em Divinópolis a
413 gente não tem uma noção de um aterro sanitário, tanto que parece que o que
414 existe é um aterro controlado. Mas isso também tudo vai ser abordado na
415 próxima reunião com mais detalhes e com a participação do técnico.
416 Também só uma consideração com relação ao Conselheiro do IBAMA, ele
417 pediu para justificar a ausência dele que ele tinha uma fiscalização marcada
418 nessa data, e como teve a mudança do calendário do COPAM em função da
419 Unidade Regional Colegiada do COPAM em função do decreto de transição,
420 que é o decreto 46967/2016, então teve esse contratempo, ele teve essa
421 justificativa. E a gente comunica também que o novo calendário ele já está
422 sendo disponibilizado no site oficial.” Conselheiro Camilo Lelis André Melo:
423 “Só corrigindo uma coisa que o senhor falou, eu disse que Divinópolis existe
424 um processo de licenciamento, eu não falei que é um aterro sanitário não,

425 tá? Espero que seja um futuro aterro sanitário, mas ele não foi licenciado
 426 não, existe o processo de licenciamento.” Presidente José Oswaldo
 427 Furlanetto: “Alguém mais? Algum Conselheiro? Não tendo, eu queria
 428 agradecer a contribuição daqueles que fizeram uso da palavra trazendo
 429 informações e suas colocações no sentido sempre, é claro, de enriquecer o
 430 debate e como consequência a qualidade do meio ambiente e dos nossos
 431 recursos naturais. Passamos então ao item quatro. **4) EXAME DA ATA DA**
 432 **126ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 18/02/2016.** Conselheira Flávia Alves de
 433 Assunção Rodrigues: “Bom dia a todos. Não fui a Conselheira que participou
 434 da última reunião, mas eu tenho um ofício que o Doutor Francisco que foi o
 435 representante do Ministério Público que participou, autorizou fazer correção
 436 nas falas dele nas linhas 237, 238, 242, 249, 371, 378, 386, 476, 484, 485,
 437 509, 631, 632, 637, 638, 639, 640, 685, 718, 721, 1.162, 1.403, 1.404, 1.431
 438 e 1.447.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Feito isso, podemos passar
 439 então para a pauta deliberativa dos processos. Item cinco.” **5) PROCESSO**
 440 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO –**
 441 **AMPLIAÇÃO.** Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Este item está sendo
 442 retirado de pauta pela Supram, a pedido da Diretoria Técnica e Jurídica.
 443 Passamos então para o item seis”. **6) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS**
 444 **PARA EXAME DE REVALIDAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 6.1)**
 445 **Arapé Agroindústria Ltda. - Criação de equinos, muares, ovinos,**
 446 **caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (confinados); criação de**
 447 **ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (extensivo);**
 448 **culturas anuais, excluindo a oleicultura; culturas perenes e cultivos**
 449 **classificados no programa de manejo integrado de pragas, conforme**
 450 **normas do Ministério da Agricultura, exceto cafeicultura e citricultura;**
 451 **formulação de rações balanceadas e de alimentos preparados para**
 452 **animais; postos revendedores, postos de abastecimento, instalações**
 453 **de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis;**
 454 **suinocultura (ciclo completo) - Formiga/MG - PA/Nº 50036/2004/001/2014**
 455 **- Classe 5. Apresentação: Supram ASF.** Presidente José Oswaldo
 456 Furlanetto: “Parecer da Supram Alto São Francisco é pelo indeferimento.”
 457 Conselheiro Edécio José Caçado Ferreira: “Vistas desses autos.”
 458 Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Conselheiro solicitou vistas, vista
 459 concedida. Vista conjunta do Camilo representante da FEDERAMINAS,
 460 Marcos Veloso, CREA, também solicitando vista do mesmo processo.” **6.2)**
 461 **Frigorífico Íper Ltda. - Abate de animais de médio e grande porte**
 462 **(suínos, ovinos, caprinos, bovinos, equinos, bubalinos, muares, etc.) -**
 463 **Divinópolis/MG - PA/Nº 00311/2001/006/2015 - Classe 5. Apresentação**
 464 **Supram ASF.** Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Parecer da Supram Alto
 465 São Francisco é pelo indeferimento. Vista do Conselheiro Camilo,
 466 FEDERAMINAS, vista concedida.” Conselheiro Edécio José Caçado
 467 Ferreira: “Vistas conjuntas.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Vistas

468 concedidas. Alguém mais? Não. Não tendo ninguém mais, item sete. 7)
469 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RETIFICAÇÃO DO**
470 **ADENDO À LICENÇA DE OPERAÇÃO. 7.1) Solo Fértil Indústria e**
471 **Comércio Ltda. - Lavra a céu aberto ou subterrânea em áreas cársticas**
472 **com ou sem tratamento - Pains/MG - PA/Nº 00123/1988/013/2009 DNPM**
473 **830.808/2002 - Classe 5. Apresentação: Supram ASF. Presidente José**
474 **Oswaldo Furlanetto:** “Parecer favorável à retificação do adendo pela Diretoria
475 Técnica e Jurídica da Supram Alto São Francisco. Nós temos um
476 representante, dois, três representantes da empresa Solo Fértil para fazer
477 uso da palavra, o advogado, um consultor e a responsável da empresa. A
478 palavra está aberta primeiramente para os Conselheiros.” Conselheiro
479 Camilo Lelis André Melo: “Senhor Presidente, nesse processo eu concordo
480 plenamente que ele é para ser deferido, mas tem uma certa curiosidade
481 dentro desse processo. Por exemplo, foi lavrado um auto de infração
482 completamente errado, não é a primeira vez que a gente vê. Então eu acho
483 que esse auto de infração ele tinha que ser cancelado, que nós temos
484 competência para cancelar esse auto de infração. Outra coisa que aconteceu
485 aqui dentro desse processo, que tem acontecido, vocês imaginam, eles
486 adquiriram três áreas para fazer, três, não foi uma, não foi duas não, foram
487 três áreas para fazer a compensação. O quê que acontece? Você começa
488 uma negociação com um funcionário, aí o funcionário: ‘Não, pode comprar
489 aqui que aceita.’ Aí o funcionário sai, entra outro funcionário não aceita a
490 área de compensação, aí a empresa precisa do licenciamento, eles correm
491 compram outra área, acontece a mesma coisa então com três áreas que
492 foram compradas. Então eu acho que esse tipo de situação não pode
493 ocorrer, a gente sabe que tem mudança de técnico, isso é normal, mas que
494 se um processo está encaminhado, que o técnico tenha responsabilidade de
495 pelo menos essa negociação que ele está fazendo, que ele termine ela para
496 não acontecer isso, não é? Então agora essa questão da multa, eu gostaria
497 que ela fosse trazida aqui para nós para a gente poder deliberar se nós
498 fazemos o cancelamento dela ou não.” Presidente José Oswaldo Furlanetto:
499 “Conselheiro Camilo, a respeito da multa, na nova legislação agora as
500 multas, os recursos das multas não estão sendo mais encaminhados para o
501 COPAM. Agora, com relação a essa e com a sua ponderação, eu creio que
502 deva ter uma análise jurídica da Supram Alto São Francisco, para ver se é
503 possível a gente dar o encaminhamento do COPAM estar analisando e
504 deferindo ou não, ou se o caminho é outro. Eu passo o microfone para o
505 José Augusto, diretor jurídico.” José Augusto Dutra Bueno, Diretoria Jurídica
506 Supram/ASF: “A questão do COPAM, a URC do COPAM ela julga a questão
507 da manifestação quanto à retificação, não é o tutelado do adendo, retificação
508 do adendo. Então a atribuição do órgão, do COPAM, é do julgamento desse
509 com relação a isso. Uma eventual, a análise da defesa do processo de auto
510 de infração ele passa primeiro pela Supram, com a decisão do

511 Superintendente, no eventual recurso vem para a URC do COPAM para
512 decidir. No caso, se tiver alguma questão a ser relevada, a administração
513 pública tem o poder e dever de autotutela, pode corrigir se tiver uma eventual
514 autuação indevida. Isso também considerando que a gente tem um estado
515 democrático de direito, prevê o princípio da ampla defesa e o contraditório, a
516 empresa pode manifestar isso no processo de auto de infração sem prejuízo
517 nenhum. É só importante destacar que tem, uma coisa é o processo de auto
518 de infração, outra coisa é a aprovação do parecer e que no momento, no
519 COPAM o que seria a competência seria do julgamento ou não da retificação
520 que foi uma questão da área e que não está vinculada diretamente com a
521 necessidade de autuação. Está bom? Obrigado.” Presidente José Oswaldo
522 Furlanetto: “Ficou claro, Conselheiro?” Conselheiro Camilo Lelis André Melo:
523 “Ficou, muito obrigado. Não concordo muito não, mas.” Presidente José
524 Oswaldo Furlanetto: “Nós vamos então abrir a palavra, nenhum Conselheiro
525 mais vai fazer uso da palavra? Heloisa, pois não.” Conselheira Heloisa
526 Cristina Notini Greco: “Sobre a condicionante dois, executar o PTRF
527 apresentado em cumprimento ao item um deste anexo, o prazo está após
528 aprovação da Supram Alto São Francisco. Eu gostaria de saber se existe
529 alguma possibilidade jurídica da gente fixar esse limite de aprovação da
530 Supram, talvez em cerca de seis meses, no máximo. Porque o que é que eu
531 estou vendo que o que pode acontecer é a Supram aprovar esse projeto só
532 daqui a quatro anos e a empresa então não vai poder começar o plantio.
533 Existe essa possibilidade?” José Augusto Dutra Bueno, Supram/ASF: “A
534 análise desse projeto foi feita por uma das analistas da Supram e a analista
535 técnica vai manifestar aqui, só um minuto.” Stela Rocha Martins,
536 Supram/ASF: “Talvez estipular um prazo, não sei se teria como, a gente
537 pode talvez se comprometer a analisar o mais rápido possível. A empresa,
538 se não me engano, tem até um processo de revalidação já em andamento na
539 Supram Alto São Francisco, e conseqüentemente a análise desse PTRF tem
540 que ser concluída para que a gente possa finalizar o processo de
541 revalidação.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Agora eu vou, algum
542 outro Conselheiro quer fazer algum uso da palavra? Não tendo eu queria
543 abrir a palavra para o primeiro solicitado aqui o advogado da Solo Fértil, o
544 João Paulo, Vossa Excelência? Tá. Antes, porém, um segundo. Os
545 Conselheiros pediram vistas dos processos a anteriores, a Supram está
546 pedindo para que os mesmos sejam retirados na segunda-feira próxima, e o
547 motivo é a devida paginação dos processos. Obrigado. A palavra está aberta
548 por cinco minutos para o senhor.” João Paulo, Advogado da empresa Solo
549 Fértil: “Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, serventuários do Sistema
550 Estadual de Meio Ambiente, equipe técnica de apoio, demais participantes
551 aqui dessa reunião. Nós gostaríamos de estar externando uma preocupação
552 muito grande por parte não só desse empreendedor, mas de forma geral é o
553 que tem ocorrido no estado. E mais particularmente nessa região nós

554 podemos trazer esse testemunho que é o testemunho de uma experiência
555 acumulada na condição de procurador que sou da Associação dos
556 Mineradores de Pains e Região, AMPAR; e aqui neste ato específico
557 representando a empresa Solo Fértil. Nós sabemos que os atos
558 administrativos são distintos, mas nesse caso específico, apesar de
559 rogarmos ao senhor, que seja dada sequência à análise de retificação do
560 adendo da licença de operação de Solo Fértil, eu gostaria imensamente que
561 este colegiado, que os servidores da Supram, aos quais eu invoco na figura
562 do Doutor José Augusto, na condição aí de procurador do sistema. Essa
563 questão do auto de infração ela não pode ser vista de forma dissociada do
564 que aqui nós estamos tratando. Se nós verificarmos, no último parágrafo da
565 página três do parecer, nós vamos chegar à única conclusão que nos resta,
566 foi lavrado um auto de infração autuando o empreendedor no ano de 2016,
567 então ele foi em ato contínuo a conclusão desse parecer. Um auto de
568 infração que sequer chegou ainda ao conhecimento da empresa, mas já está
569 aqui lançado como tal, produzindo os seus efeitos da inquietude que provoca
570 no setor produtivo do Estado de Minas Gerais. E não faz o mínimo sentido
571 que o próprio órgão ambiental não reveja esse próprio ato, porque o que deu
572 causa aqui é exatamente o tema que nós estamos discutindo, nós estamos
573 discutindo a questão da compensação colocada, uma compensação
574 colocada no ano de 2011, que até hoje em março de 2016, não havíamos
575 conseguido chegar a um consenso quanto à área específica, quanto à
576 similaridade e menos ainda em relação aos prejuízos que já foram impostos
577 ao empreendedor. Só para os senhores terem uma ideia, com o intuito de
578 satisfação dessa obrigação, o empreendedor adquiriu lá no ano de 2011 uma
579 área em Córrego Fundo, na região de Sobradinho, de aproximadamente
580 vinte e um hectares. Inicialmente apresentada como a solução da questão da
581 compensação numa proporção muito superior. A área posteriormente deixou
582 de ser aceita, apesar do protocolo da compensação ter sido efetuado na data
583 exata do limite estabelecido de trinta dias. Posteriormente a isso, avançou-se
584 nas negociações com os servidores do sistema, o empreendedor em 2014
585 adquiriu uma nova área em Carmópolis de Minas, dessa feita, uma área de
586 vinte e nove hectares. Novamente área não aceita. E aí a gente verifica que
587 o empreendedor foi autuado sob alegação de que deveria ter entregue em
588 trinta dias a proposta de compensação. A proposta de compensação foi
589 entregue antes dos trinta dias lá em 2011, foi retificada, revista, readequada
590 em 2014, e em 2016 nós estamos vendo a lavratura de um auto de infração,
591 sabe-se lá com que objetivo, onde o próprio órgão reconhece os equívocos.
592 Não fosse o reconhecimento desses equívocos, nós jamais estaríamos
593 tratando aqui neste momento de retificação e adendo da licença de
594 operação; licença essa expedida no ano de 2011. Portanto, encareço a
595 sensibilidade dos senhores dentro da experiência de vida que tem, e a vocês
596 servidores do Sistema de Meio Ambiente, no vigor da juventude, e

597 obviamente que devotados à função de vocês, assentados em súmula do
598 Supremo Tribunal Federal, revoga esse próprio ato aqui praticado da
599 lavratura desse auto de infração, e não deixem sequer que ele seja
600 encaminhado ao empreendedor sob pena de estarmos causando e
601 provocando só mais uma inquietude, uma preocupação e a geração de um
602 passivo seja esse passivo de natureza administrativa, seja tributária ou não
603 tributária. Gostaria imensamente que essa questão fosse relevada pelos
604 senhores.” José Augusto Dutra Bueno, Diretoria Jurídica Supram/ASF: “Com
605 relação à análise do atendimento da condicionante de compensação
606 ambiental, isso é atribuição do órgão do IEF e não da Supram. Então dizer
607 que a documentação estava suficiente ou não isso é da atribuição do órgão
608 do IEF, tanto que eles pediram umas certificações, etc. Mas a gente, o mérito
609 do auto de infração é diverso do mérito do que está sendo apreciado aqui no
610 COPAM, do deferimento da autotutela, e se tiver alguma outra informação
611 para nos ser repassado a gente está aberto para ouvir e também tem essa
612 possibilidade disso ser manifesto também na defesa, tanto que vocês
613 falaram que ainda parece que não receberam a notificação. Mas essa
614 questão dos equívocos, eu acho que ressaltar demais também questões do
615 órgão ambiental a administração tem o poder e o dever de autotutela, e
616 como humanos todos estamos fadados aos erros. E assim, também tem a
617 questão do próprio, da instrução dos processos às vezes também tem
618 alguma pendência, às vezes até uma falha dos empreendimentos, das
619 empresas consultorias, que também acho que é o que faz parte da própria
620 condição humana, mas também que vamos considerar a coisa como um
621 todo. Isso é importante, a gente quer fazer o trabalho aqui da maneira mais
622 correta possível e de maneira séria relevando isso. Então se tiver algum
623 ponto para ser informado para a gente, a gente está aberto para que seja
624 informado ao órgão, tem reuniões o órgão não está de portas fechadas, as
625 análises podem ser agendadas. Aí com relação ao auto de infração isso vai
626 ser verificado, mas o que nos foi informado pela análise do IEF é que isso
627 não teria sido atendido, então isso foi a fundamentação da autuação, mas
628 que isso vai ser considerado diante das ponderações que estão sendo
629 colocadas e fora do mérito da presente reunião.” João Paulo, Advogado da
630 empresa Solo Fértil: “Doutor José Augusto, de forma extremamente
631 respeitosa eu faço das palavras do ilustríssimo advogado as minhas. Nós
632 precisamos analisar o contexto como um todo, e o sistema como um todo.
633 Ele não pode ser visto de forma dissociada, o SISEMA é um só, o SISEMA
634 se compõe a partir do COPAM, através das suas câmaras especializadas
635 dentre as quais a CPB é uma delas, e os seus órgãos seccionais de apoio:
636 IEF, FEAM e IGAM. E dentro desse contexto, queremos crer e queremos
637 aprofundar na questão do licenciamento ambiental que deve ser integrado. E
638 aí dentro disso, creio eu que os órgãos que compõem o sistema precisam
639 conversar entre si, e principalmente dentro do que o senhor coloca, do

640 princípio da autotutela. Eu não vejo porque o IEF manter essa questão da
641 autuação se nós estamos falando de retificação e só agora em 2016 que se
642 chegou a uma conclusão do que é a área efetivamente a ser compensada.
643 Antigamente se exigia uma área muito superior àquela da devida
644 intervenção, se confundiu supressão de vegetação com área total do
645 empreendimento, essa foi a primeira confusão a ser feita. A outra questão, e
646 aí eu me atendo ao auto de infração especificamente, ele só foi lavrado em
647 função do processo estar sendo movimentado e em razão desse parecer que
648 estava sendo elaborado. Porque ele foi lavrado em gabinete e no ano de
649 2016. E isso vai gerar mais um ônus ao empreendedor, por que a
650 contratação de profissional, apresentação de defesa, aguardar julgamento, e
651 o julgamento nós sabemos que ele não acontece dentro da necessária e
652 devida celeridade esperada pelo empreendedor, constituindo mais um
653 passivo para ele. É imensamente nesse sentido que gostaríamos que os
654 senhores relevassem, reconhecendo aqui que o ponto de pauta principal que
655 é o protocolo nos trinta dias da concessão da licença, conforme fixada a
656 condicionante em 24/12/2011, foi absolutamente atendida. E se está dito,
657 está expresso e foi trazido aqui a essa URC, eu acho que os senhores são
658 soberanos inclusive para fazer essa recomendação ao Instituto Estadual de
659 Floresta, e essa integração aqui invocada entre Supram e órgãos seccionais
660 de apoio.” Conselheiro Mário da Silva de Oliveira: “Senhor Presidente, eu
661 estou de posse desse processo e tem a comprovação do protocolo que foi
662 feito pelo empreendedor tempestivamente. E os motivos pelos quais se
663 fundamenta a aplicação do auto de infração, ele trata exatamente da
664 intempestividade, diz da intempestividade do protocolo, ou seja, o não
665 cumprimento da condicionante no prazo. E de fato após as falas tanto do
666 Doutor José Augusto quanto do representante, o Doutor João Paulo, a gente
667 percebe que há, na verdade, um desencontro de informações entre um órgão
668 e o outro. E na própria documentação tem o encaminhamento do IEF para
669 análise da Supram, que também, que retorna, faz a sua análise e retorna
670 também para o órgão com um posicionamento. E aí a gente fica na dúvida
671 de fato se essa autuação é cabível, e aí gostaria de sugerir também que
672 fosse, a Supram analisasse e verificasse a possibilidade da não aplicação.
673 Porque documentalmente está aqui registrado os protocolos
674 tempestivamente. Obrigado.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Com a
675 palavra o representante da Supram.” Eugênia Teixeira, Diretoria Técnica
676 Supram/ASF: “Eu só queria esclarecer mais um item, no adendo que a gente
677 está retificando com essa questão do erro da área na conclusão do adendo,
678 esse adendo ele trazia quatro condicionantes, duas referentes a
679 compensações ambientais que deveriam ser apresentadas à CPB, uma
680 referente à apresentação de plano de manejo, e outra referente à tabela, a
681 apresentação de uma tabela de cumprimento de condicionantes referente à
682 licença de operação. O auto de infração ele já foi encaminhado para o

683 empreendedor, ele foi, demorou um pouquinho a emissão dele porque ele
684 aguardava a assinatura do superintendente. E nesse auto, além do
685 descumprimento dessas duas condicionantes referentes à compensação
686 ambiental, foi verificado também o cumprimento intempestivo da
687 condicionante número três, que tratava dessa apresentação do plano de
688 manejo. Só finalizar a minha exposição. Conforme a condicionante, o
689 empreendimento tinha um prazo de trinta dias para apresentação desse
690 plano de manejo, a licença ambiental, LO, foi concedida na data de 24, a
691 licença não, perdão, o adendo foi concedido 24/11/2011, então ele tinha o
692 prazo até 24/12/2011. E conforme protocolo apresentado, o plano de manejo
693 só foi apresentado à Supram 18/05/2012, portanto cinco meses após o prazo
694 estipulado no adendo.” Conselheiro Camilo Lelis André Melo: “Só corrigindo
695 o que você está falando, você deve ter observado aí dentro do processo que
696 ele tem o protocolo. Que no dia 26/12/2011, ele entrou com o pedido de
697 dilação de prazo, está o protocolo aqui e o número dele, dia 26/12. Você vai
698 falar assim: ‘Ah, mas seria o dia 24.’, não, é porque dia 24 deu no sábado.”
699 Eugênia Teixeira, Diretoria Técnica Supram/ASF: “Dilação do prazo de qual?
700 Perdão.” Conselheiro Camilo Lelis André Melo: “Essa condicionante que
701 você está falando. Aí nessa data que você está falando 18/05, ele cumpriu a
702 condicionante dentro daquela dilação de prazo que ele pediu, eu acho que
703 vocês tinham que ter analisado essa dilação de prazo.” Stela Rocha Martins,
704 Diretoria Técnica Supram/ ASF: “A gente vai fazer essa análise lá na
705 Supram, a empresa entra com a defesa do auto de infração e a gente vê qual
706 que vai ser a medida adotada. Se realmente for constatado o erro do órgão
707 ambiental a gente faz a autotutela do auto de infração.” Conselheiro Camilo
708 Lelis André Melo: “Com certeza.” Presidente José Oswaldo Furlanetto:
709 “Conselheiro representante da Polícia Militar.” Conselheiro Luciano Marcelo
710 de Oliveira: “Só concordo com o que a Stela disse, o que está sendo aqui
711 julgado é o adendo, não é o auto de infração, o auto de infração é recurso
712 administrativo. Se o órgão fez o auto de infração e ele foi incorreto, com
713 certeza vai abrir o período de recurso para a empresa, ele vai apresentar os
714 argumentos, embasar nos documentos que ele possui, e com certeza se o
715 auto tiver sido feito de forma irregular ele vai ser cancelado. Então eu vejo
716 que às vezes, às vezes, não estou discordando de nenhuma opinião ou
717 sugestão que acontece, que está acontecendo aqui na reunião, que o que
718 está sendo discutido pode até interferir no deferimento ou indeferimento do
719 pleito de hoje. Porque conforme o que é colocado, às vezes é melhor então
720 não votar, mantém indeferido e aguardar a análise do auto de infração, que
721 gente entende que não é objeto do que está sendo colocado aqui no
722 parecer.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Terminou, Conselheiro?” Não
723 se identificou: “Sim.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Dando sequência
724 nós temos mais um inscrito, representante da Solo Fértil, Júlio Cesar e
725 Ronaldo não vão fazer uso da palavra? Então prosseguindo, até porque o

726 que se discute não faz parte do processo que está em fase de discussão e
727 deliberação que é a retificação do adendo, nós podemos então agradecer a
728 contribuição de todos, inclusive do advogado, Doutor João Paulo, e que os
729 procedimentos para rever o auto de infração, a sua legalidade, a sua
730 fundamentação, seria o protocolo da empresa junto à Supram Alto São
731 Francisco e isso vai ter, ser deferido ou indeferido com certeza com muito,
732 com muita presteza e muita seriedade por parte do órgão ambiental do Alto
733 São Francisco.” Conselheiro Camilo Lelis André Melo: “Eu, com todo
734 respeito, eu vou discordar do representante da Polícia Militar. Eu acho que o
735 licenciamento ambiental ele é um todo, ele tem o jurídico para conferir,
736 agora, se o jurídico não conferiu direito e deixou passar esse punhado de
737 erro grotesco, eu acho que agora é hora sim de a gente discutir, uai. E
738 depois se ele corrigir o ato pela autotutela, e a despesa da firma, quem que
739 via ressarcir? Ele vai ter que contratar advogado, vai ter que fazer isso tudo
740 aí, como é que fica? Então não, então o licenciamento eu entendo que ele é
741 um só. Pode até a gente não ter a competência aqui para resolver, mas que
742 tem que ser discutido tem, pois está acontecendo dentro do processo. Eu já
743 fui em outras firmas que condicionante do IGAM, o consultor não pegou a
744 licença do IGAM, a outorga, e levou para o órgão, por quê? Por que ele
745 entendeu: ‘Gente, se o licenciamento é um só eu tenho que ir nessa porta
746 aqui e pegar outorga, sair, bater um ofício e entregar na outra porta do lado?
747 Porque que não tem uma coordenação entre os órgãos que fazem parte do
748 licenciamento para agilizar essa parte, entendeu? Então quando a gente faz
749 esses questionamentos, é para ver se tem condição de melhorar o sistema, é
750 mais também nesse intuito.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Eu queria
751 concordar com o representante Camilo, a discussão tem que ser feita sim,
752 tanto é quero agradecer todas as colocações e as contribuições. Mas
753 também nós devemos concordar com o representante da Polícia Militar
754 quando ele diz que não faz parte do objeto em pauta na reunião ora
755 proposta. Então os caminhos são outros, e todos conhecem, é através de
756 recurso junto à Supram Alto São Francisco que deverá analisar com muita
757 seriedade, eu tenho certeza. Podemos então fazer a.” Conselheiro Edécio
758 José Cançado Ferreira: “A Stela, a Senhorita Stela fez uma manifestação ali
759 com relação a possível apreciação do, se houve erro ou não lá lavratura do
760 auto de infração, eu gostaria só que na próxima reunião nossa, que
761 trouxesse para nós o resultado dessa avaliação por parte do corpo técnico
762 da Supram, para que a gente fique posicionado sobre o assunto. Que foi um
763 assunto extremamente debatido aqui, que acho que conforme até o Tenente
764 colocou aqui, que poderia até ter influenciado na nossa decisão sobre a
765 aprovação ou não do adendo. Então eu gostaria, solicito que na próxima
766 reunião seja informado a este Conselho qual foi o posicionamento adotado
767 pelo órgão em relação a esse auto de infração, se houve a autotutela, se não
768 houve, se não houve por que motivo, tá? Para que a gente tenha o

769 conhecimento disso aí porque se houve erro, errar todos nós erramos, gente,
770 então isso não é problema não, não corrigir o erro é que é o erro maior, tá?
771 Obrigado.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Obrigado, Conselheiro.
772 Queria então dar sequência à nossa reunião e colocar o processo do item
773 7.1 Solo Fértil Indústria e Comércio Ltda. em votação. Lembrando que o
774 parecer da Supram Alto São Francisco é favorável pelo deferimento, ou seja,
775 a retificação do adendo. Processo está em votação, aqueles que concordam
776 com o parecer da Supram Alto São Francisco permaneçam como estão, os
777 contrários podem se manifestar.” Conselheira Flávia Alves de Assunção
778 Rodrigues: “Abstenção em razão da eventual existência de inquérito civil na
779 Promotoria de Arcos.” Presidente José Oswaldo Furlanetto: “Alguém mais?
780 Processo está aprovado então com abstenção do membro do Ministério
781 Público, não é isso?”. Então sendo o último item de pauta, eu queria partir
782 então para o encerramento dessa 127ª reunião ordinária. Pois não, fique à
783 vontade.” Conselheiro Camilo Lelis André Melo: “Lessandro, na sua fala
784 toda, eu gostaria que a mentalidade da população de Divinópolis fosse igual
785 à mentalidade da população de Lagoa da Prata. Porque você imagina, lá
786 vocês têm um serviço de tratamento de esgoto funcionando e a turma está
787 brigando para não pagar; aqui em Divinópolis nós temos a cobrança do
788 tratamento de esgoto e ninguém briga para não pagar, está todo mundo
789 pagando. Então que chegasse num acordo, que isso fica registrado.”
790 Conselheiro Lessandro Gabriel da Costa: “É muito difícil, não é, Camilo, eu
791 acho que a nossa situação hoje no país é uma situação que se a gente não
792 mudar essa mentalidade a gente vai estar tendo retrocesso, e eu estou
793 vendo esse retrocesso. E como a gente viu aqui no início da reunião em
794 sessenta e cinco municípios, quarenta municípios nem entrada com
795 licenciamento na Supram não tem nos seus aterros sanitários. E isso a gente
796 paga caro, o município de Lagoa da Prata ele paga caro. Assim, até é ruim
797 eu estar falando isso, mas talvez de repente um município igual Lagoa da
798 Prata deixasse de fazer o que ela está fazendo hoje com o aterro sanitário de
799 Lagoa da Prata, seria muito mais barato para o município, sobraria recurso
800 para outras áreas. Mas eu acho que o meio ambiente é a área principal que
801 existe hoje no município porque ele envolve a educação, ele envolve a saúde
802 das pessoas, e que se realmente a gente não fizer isso e pagar esse preço
803 caro que nós estamos pagando, a situação nossa a cada dia ficaria pior.
804 Então assim, volto a repetir, eu acho que talvez de repente esse ano é um
805 ano eleitoral, cobrar dos prefeitos como já vem arrastando há anos, eu falei
806 que Lagoa da Prata tem quinze anos que nós estamos lá pagando caro para
807 ter um aterro sanitário, e pagando caro, mas assim, com prazer de pagar
808 caro por esse serviço. Mas que realmente a gente pudesse a partir do ano
809 que vem, a partir de primeiro de janeiro, a gente sabe que vai ter umas
810 mudanças no nosso processo eleitoral, alguns prefeitos ficam, algum outro
811 sai. Mas que dentro de quatro anos pelo menos entrada nesse processo já

812 começasse a formalizar. E o que mais me entristece, Camilo, porque você
813 sabe disso, encerrando minhas palavras aqui, é que em todos os
814 licenciamentos ambientais que passou aqui nessa casa como foi Lagoa da
815 Prata, Formiga e outros mais aí, nós tivemos uma polêmica muito grande,
816 uma resistência muito grande inclusive até pela sociedade em local desse
817 aterro, localização e tudo, então que pelo menos esse processo começasse.
818 Nós estamos aí com quarenta e cinco municípios sem quer dar uma
819 satisfação para nossa região aqui. Obrigado.” Conselheiro Edécio José
820 Cançado Ferreira: “Aproveitando a deixa aqui da FAEMG, com relação à
821 cobrança a prefeitos, eu acho que não tem que esperar nenhum dia não, a
822 cobrança tem que começar, se já não começou tem que começar agora, é
823 obrigação e eles têm que cumprir com a obrigação. Vamos mudar a
824 legislação, colocar esse, imputar como crime de responsabilidade, torná-los
825 inelegíveis, eles só escutam isso, prefeito, vereadores, deputados só
826 escutam em inexigibilidade, qualquer outra penalidade para eles, eles não
827 estão preocupados com isso não. Penalidade pecuniária, não é eles que vão
828 pagar, nós sabemos disso. Eu acho que está na hora da sociedade brasileira
829 repensar o Brasil, nós temos taxa demais, impostos demais, então temos
830 que mudar isso. Eu concordo com a população de Lagoa da Prata, eu sou
831 contra a criação de novas taxas, nós temos fundo de participação no
832 município, fundo de participação do estado, uma cobrança de tributo, a mais
833 alta do mundo. Então a sociedade tem que gritar, tem que espernear e temos
834 que mudar isso, temos que fazer um Estado enxuto, o Estado voltado para a
835 educação, para a segurança pública e para a saúde da população. Que o dia
836 que tivermos uma população educada, com cultura, nós não vamos ter esses
837 problemas que nós temos hoje enfrentando o meio ambiente, porque a
838 própria sociedade vai estar diuturnamente cobrando por isso. Então, gente, é
839 hoje, não é questão de político A, B, C ou D, verde amarelo, azul, preto, não
840 me interessa isso, interessa é a gente trabalhar para que tenhamos um Brasil
841 com educação e cultura, chega, chega de analfabeto funcional, porque não é
842 alfabetizado funcional que nós temos não, é analfabeto funcional; aprende
843 desenhar o nome é considerado alfabetizado, não é. O homem tem que ter
844 cultura, tem que ter discernimento, aí nós não vamos colocar esses políticos
845 fajutos aí no cargo não. Obrigado, bom dia, desculpa a fala.” Conselheira
846 Heloisa Cristina Notini Greco: “Antes do encerramento, Senhor Presidente,
847 gostaria de pedir o registro de abstenção na aprovação da ata da reunião
848 anterior pela ausência. Eu não estava ainda de posse, obrigada.” Presidente
849 José Oswaldo Furlanetto: “Fica registrado. Então podemos então partir para
850 o encerramento? Queria também deixar aqui para a Supram que existe um
851 pedido do Conselho, mais especificamente do Conselheiro Camilo, que se
852 fizesse o levantamento das estações, dos municípios que estão
853 contemplados com o tratamento de esgoto, com as suas ETES e o
854 percentual e o grau de abrangência, o percentual de abrangência em cada

855 município. Que se trouxesse isso para a próxima reunião, se possível, esse
856 parece que foi o pedido do Conselheiro, que de minha parte acho que é
857 importantíssimo que o Conselho todo tenha essas informações em mãos
858 para poder na prática também estar cobrando junto à sociedade e porque
859 não dos administradores públicos. **8. ENCERRAMENTO.** Queria agradecer
860 mais uma vez a presença dos Conselheiros e Conselheiras nesta reunião,
861 queria agradecer também os membros, os servidores públicos da Supram
862 Alto São Francisco, diretoria técnica e jurídica, queria agradecer os
863 presentes, os empreendedores, consultores. Bem, e que todos tenhamos um
864 bom final de semana e até o próximo mês, se deus quiser. Bom dia a todos.

865

866

867

**** **

868

APROVAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO

869

870

871

872

Presidente José Oswaldo Furlanetto

873